

RESPOSTA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO À IMPUGNAÇÃO APRESENTADA NO ÂMBITO DO PROCESSO SELETIVO Nº 36/2025

Processo de Seleção nº 36/2025 PSC (HMMIS)

A **COMISSÃO DE SELEÇÃO** do Instituto ACQUA nomeada para o Edital de Seleção 08/2025 PSC (HMMIS), diante da IMPUGNAÇÃO apresentada por SGS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.894.249/0001-84, se manifesta nos seguintes termos:

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao Edital do Processo Seletivo nº 36/2025, apresentada por [impugnante], por meio da qual se questionam, em síntese: (i) o regime jurídico aplicável ao certame; (ii) a alegada indeterminação do objeto, consistente na prestação de serviços médicos associados à disponibilização de ambulância; (iii) as exigências relativas a alvarás sanitários e registros profissionais; (iv) a ausência de previsão expressa de reajuste contratual; e (v) a suposta insuficiência de informações para a adequada formulação das propostas.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

1. Do regime jurídico aplicável ao processo seletivo

O Processo Seletivo nº 36/2025 é promovido pelo Instituto ACQUA, entidade privada gestora de serviços públicos de saúde, regendo-se por seu Regulamento de Compras e Contratações, em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Público.

Não se trata, portanto, de licitação pública nos moldes da Lei nº 14.133/2021, mas de procedimento seletivo próprio, que observa os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, inexistindo obrigatoriedade de adoção integral do regime licitatório estatal.

Assim, não procede a alegação de nulidade do edital por ausência de submissão à legislação licitatória geral.

2. Do objeto do certame

A impugnação sustenta suposta indeterminação do objeto, em razão da previsão de prestação de serviços médicos cumulada com a disponibilização de ambulância.

Todavia, da leitura sistemática do Edital e, especialmente, do Termo de Referência, verifica-se que o objeto encontra-se claramente definido, consistindo na prestação integrada de serviço de transporte médico assistido, no qual a disponibilização da ambulância e da equipe técnica especializada constitui elemento indissociável da execução.

Trata-se de objeto compatível com a natureza assistencial do serviço e suficientemente detalhado para permitir a compreensão do escopo contratual e a formulação das propostas.

3. Das exigências de alvarás sanitários e registros profissionais

Quanto às exigências de alvarás sanitários e registros junto aos Conselhos profissionais competentes, o Edital estabelece critérios compatíveis com a legislação aplicável e com a fase procedimental em que se inserem.

Eventual necessidade de regularização específica perante órgãos do Estado do Espírito Santo, bem como a obtenção de inscrições secundárias ou vistos profissionais, configura condição para o início da execução contratual, não sendo juridicamente exigível como requisito prévio de habilitação, sob pena de restrição indevida à competitividade e à isonomia entre os participantes.

Não se verifica, portanto, qualquer ilegalidade ou omissão apta a macular o certame.

4. Da alegada ausência de quantitativos e critérios de precificação

O Termo de Referência apresenta parâmetros suficientes para a elaboração das propostas, compatíveis com a natureza do serviço, o qual é prestado sob demanda, mediante critérios previamente estabelecidos.

A inexistência de quantitativos fixos não inviabiliza a formulação das propostas, tratando-se de característica própria do modelo assistencial adotado, amplamente utilizado em contratações dessa natureza.

5. Da previsão de reajuste contratual

No que se refere à alegada ausência de cláusula expressa de reajuste, verifica-se que tal circunstância, por si só, não configura vício capaz de invalidar o edital, podendo eventual recomposição inflacionária ser disciplinada no instrumento contratual, observada a legislação aplicável.

Trata-se, portanto, de aspecto que não compromete a legalidade ou a competitividade do certame.

III – CONCLUSÃO

Por fim, examinados de forma individualizada e conjunta todos os pedidos formulados na impugnação, constata-se que nenhum deles encontra amparo jurídico apto a ensejar a suspensão, anulação ou retificação substancial do Edital do Processo Seletivo nº 36/2025, uma vez que o seletivo observa o regime jurídico aplicável ao Instituto ACQUA, apresenta objeto suficientemente definido e compatível com a natureza do serviço a ser contratado, estabelece exigências proporcionais e juridicamente adequadas quanto à habilitação, licenças e registros profissionais, bem como fornece parâmetros técnicos idôneos para a formulação das propostas, inexistindo vício material ou formal capaz de comprometer a legalidade, a competitividade ou a regularidade do procedimento.

Diante do exposto, inexistindo ilegalidades ou irregularidades capazes de justificar a suspensão, retificação substancial ou anulação do Processo Seletivo, a **Comissão de Seleção do Instituto ACQUA** decide pelo **INDEFERIMENTO da impugnação apresentada**, mantendo-se **íntegro o Edital do Processo Seletivo nº 36/2025**, com seu regular prosseguimento.

Serra/ES, 07 de janeiro de 2026.

COMISSÃO DE SELEÇÃO